

SÍNODO DOS BISPOS
XIV ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
[4-25 de outubro de 2015]

**A vocação e a missão da família
na Igreja e no mundo contemporâneo**



**Questões polêmicas presentes no novo
questionário para o Sínodo de 2015**

Nos preparativos para o Sínodo dos Bispos sobre a família, ocorrido em outubro deste ano [2014], um dos desenvolvimentos mais sensacionais foi a decisão do Vaticano em pedir aos bispos de todo o mundo que pesquisassem, nas bases da Igreja, a respeito de assuntos tais como o CASAMENTO HOMOAFFECTIVO, o DIVÓRCIO E O MATRIMÓNIO, e a COABITAÇÃO FORA DO CASAMENTO.

Algumas conferências episcopais fizeram um óptimo uso do questionário, até mesmo criando oportunidades via internet para que as pessoas submetessem suas reacções, enquanto que algumas outras minimizaram o instrumento com base na preocupação de que levantar estas questões poderia correr o risco de se deixar uma falsa impressão: a de que o ensinamento católico estaria ao alcance de qualquer um, sem muito esforço.

Aparentemente, o velho ditado “gato escaldado de água fria tem medo” não se aplica a um Sínodo dos Bispos.

Na terça-feira, o Vaticano divulgou os *lineamenta*, documento preparatório, para o próximo sínodo convocado pelo Papa Francisco para ocorrer em outubro de 2015, também focado na família. O documento contém 46 perguntas cobrindo grande parte dos mesmos assuntos presentes no documento anterior, ainda que o texto tenha sido concebido para deixar claro que o básico da doutrina católica não está em dúvida.

Por exemplo, o termo “indissolubilidade” aparece no documento quatro vezes, ressaltando o ensinamento tradicional de que o matrimónio é permanente. Há também múltiplas referências à “grandeza e beleza” do “modelo de família formada por um homem e uma mulher (...) e aberta à procriação”.

Há referências claras à proibição da Igreja sobre o controle de natalidade, à condenação da “praga do aborto” e à promoção de “uma cultura eficaz de vida”.

O documento desta terça-feira foi apresentado em italiano, com uma nota dizendo que as traduções para as variadas línguas serão, em breve, enviadas às conferências episcopais. O texto pede que as respostas às perguntas sejam submetidas a Roma até abril de 2015.

No último Sínodo dos Bispos, três questões emergiram como os principais pontos de divisão:

- Quão acolhedor o catolicismo deve ser para com os homossexuais e as pessoas que vivem em uniões homoafetivas?
- Quão positivo deve o catolicismo ser na sua avaliação dos relacionamentos “irregulares”, tais como a união fora do casamento? Estes relacionamentos, embora não sejam os ideais, possuem valores positivos?

- Os católicos que se divorciam e se casam novamente fora da Igreja deveriam ter a permissão de participar na Comunhão?

Se as perguntas publicadas nesta terça-feira forem um indicativo, o debate sobre estes assuntos não está terminado.

Divórcio e matrimónio

Na questão da Comunhão para os divorciados e recasados, assim se lê na questão 38: “O acompanhamento pastoral e sacramental para os divorciados e recasados precisa de ser mais estudado, avaliando-se a prática ortodoxa e tendo em mente a distinção entre uma situação objetiva de pecado e as circunstâncias extenuantes”.

“Quais são as perspectivas nas quais podemos mover-nos?”, pergunta. “Quais são os possíveis passos? Quais as sugestões que há para se acabar com o tipo de impedimentos que não se justificam ou que não são necessários?”

A referência à “prática ortodoxa” é algo frequentemente citado pelos defensores do abrandamento da proibição à Comunhão. Em geral, as igrejas ortodoxas permitem só um casamento sacramental, mas abençoam uma segunda ou terceira união sob certas circunstâncias, caso o casamento inicial tenha fracassado.

Por outras palavras, o texto não encerra a possibilidade de haver alguma mudança neste assunto.

Quanto às pessoas divorciadas, a questão 37 pergunta sobre como tornar o processo de obtenção de uma anulação – declaração de que um dado casamento jamais existiu sob o Direito Canónico – mais “acessível e simples, e possivelmente gratuito”.

Houve um forte consenso, no último Sínodo, sobre a reforma deste processo de anulação, e o Papa Francisco até já criou uma comissão para que os canonistas estudem as possibilidades.

Homossexualidade

Quanto à homossexualidade, a questão 40 pergunta: “De que modo uma comunidade cristã pode direcionar a sua atenção pastoral às famílias que contam com pessoas com tendência homossexual?”

“Evitando toda e qualquer discriminação injusta, de que forma ela pode acompanhar estas pessoas nas suas situações à luz do Evangelho?”, lê-se no texto. “De que modo as exigências da vontade de Deus deveriam ser propostas nestas situações?”

Esta questão é apresentada com a observação de que “o acompanhamento pastoral de pessoas com tendência homossexual, hoje, põe novos desafios, em parte devido à maneira na qual os seus direitos estão socialmente propostos”. Independentemente do texto apresentado, a presença desta questão sugere que o assunto estará também nos debates do Sínodo de 2015.

Relacionamentos “irregulares”

Quanto aos relacionamentos “irregulares”, a questão 25 pergunta sobre como se pode mostrar às pessoas que se encontram nestas situações “uma atitude de acolhimento e um acompanhamento de confiança, sem jamais renunciar à proclamação das exigências do Evangelho”.

A questão 22 pergunta: “O que pode ser feito para que, nas várias formas de união – nas quais é possível encontrar valores humanos –, os homens e as mulheres percebam o respeito, a confiança e o encorajamento para crescerem em bondade por parte da Igreja, e serem ajudadas a alcançar a plenitude do matrimónio cristão?”

Foi intenso o debate ocorrido no último Sínodo sobre o que significa dizer que pode haver valores positivos em tais situações, e a redacção desta pergunta pode reacendê-lo.

Na verdade, estes três temas não constituem o cerne do questionário. Em grande parte, o instrumento centra-se na forma como os pilares tradicionais da vida cristã – tais como os sacramentos, a Bíblia e a formação sacerdotal – podem ser melhores utilizados para apoiar os casais e as famílias.

A questão 23, por exemplo, pergunta: “Na formação dos padres e de outros agentes pastorais, como pode ser cultivada a dimensão da família? Como é que as próprias famílias podem envolver-se?”

Uma nota escrita pela secretaria do Sínodo diz que estará a cargo das conferências episcopais decidirem como envolver “os diversos componentes das igrejas particulares, bem como instituições académicas, organizações, grupos de leigos e outros organismos eclesiais” nas respostas a estas perguntas.

A nota também exorta os bispos a fazerem tudo o que for possível para evitar “começar do zero”. Em vez disso, eles devem ter em conta o que já aconteceu no Sínodo deste ano.

O que aconteceu neste Sínodo, no entanto, foi um confronto intenso sobre estes três assuntos polémicos aqui abordados, e há pouco neste novo questionário para sugerir que eles não irão estar novamente em disputa no próximo Sínodo.

A reportagem é de JOHN L. ALLEN JR., publicada pelo sítio *Cruce*, 09-12-2014

O papa e os divorciados

A O LONGO DOS ANOS, O VATICANO NUNCA SE INTERESSOU PELOS DIVORCIADOS. Varreu-os para margens discriminatórias, ignorando que, com esse gesto, colocava em causa fundamentos profundos do catolicismo. O Papa Francisco tem uma ideia diferente daquilo que deve ser a Igreja e, no seu ainda curto pontificado, tem procurado andar pelas periferias. Porque sabe que esses lugares assumem cada vez mais centralidade. Principalmente para um catolicismo que precisa urgentemente de chamar quem abandonou com impiedade.



"A Igreja não tem portas fechadas para ninguém". Foi assim que Jorge Bergoglio se referiu, esta quarta-feira, ao modo como os divorciados devem ser tratados pela religião católica, acrescentando que estes não estão, ao contrário do que muitos pensam, "excomungados". O Vaticano deixa, assim, as meias palavras, o discurso nem sim, nem não, para assumir, ao mais alto nível, a integração de todos aqueles que viram o seu casamento chegar ao fim. Trata-se de uma revolução em curso que precisa, no entanto, de fazer o seu caminho no sínodo da família que decorrerá em outubro. Não será propriamente uma empreitada simples, porque, no seu interior, a Igreja é endemicamente conservadora e, nos seus corpos mais tradicionais, as estratégias de reação operam com grande eficácia em zonas invisíveis ou em regiões que permanecem bem longe do escrutínio público.

É verdade que a questão é sensível. O sacramento do matrimónio tem subjacente a si a regra da indissolubilidade. E é aqui que o pensamento mais fundamentalista da Igreja se escuda para excluir do seu seio todos aqueles que ousam viver maritalmente fora desta lógica. Para o catolicismo, não existem uniões de facto, homens e mulheres recasados. Ora, continuar a olhar o mundo a partir desta perspetiva, é assumir uma cegueira em

relação àquilo que é hoje a sociedade contemporânea. Excluir os divorciados implica colocar fora de portas uma parte substancial das famílias que hoje são cada vez mais reestruturadas, grande parte delas continuando a ter uma fé inquebrável na religião católica. A Igreja não pode assumir tal rigidez. O Papa percebeu isso de forma muito clara. Alguns bispos e padres persistem em continuar agarrados a axiomas descolados da realidade. Fazem mal. Às pessoas e à própria Igreja que pensam defender.

Em várias ocasiões, Francisco manifestou grande preocupação em relação à integração dos divorciados. Em setembro de 2013, em entrevista à revista jesuíta italiana "*Civiltà Cattolica*", afirmava que **"a Igreja é a casa de todos e não uma capela onde só cabe um grupo de pessoas escolhidas"**, desafiando os católicos a encontrarem um novo equilíbrio. Em junho deste ano, defendeu que, por vezes, **"a separação pode ser moralmente necessária quando se trata de proteger o cônjuge mais frágil ou as crianças das feridas mais graves causadas pela intimidação e pela violência, a humilhação e a exploração"**. Não se usou aqui a palavra "divórcio", mas todos perceberam do que é que se falava. E muito poucos serão aqueles que conseguem contrariar de forma argumentada esta posição.

A Igreja tem uma enorme sorte em ter Bergoglio na cadeira de Pedro. Este Papa lê, como nenhum outro, aquilo que nos estrutura como sociedade. Estes tempos líquidos, de que tão bem fala Zigmunt Bauman, não devem postular uma Igreja dobrada permanentemente às contingências do dia a dia que muitas vezes se circunscrevem a fenómenos que se eclipsam à mesma velocidade com que surgem, mas também não podem ser atormentados por seculares instituições que imobilizam pessoas de boa-fé. O Vaticano, por vezes, tende a integrar-se aqui, teimando em ignorar aquilo que é a essência da vida de milhões de pessoas que procuram ser felizes de forma equilibrada.

Hoje, a Igreja não pode fechar a porta aos divorciados e aos recasados. Se o fizer, está a negar a fé que proclama. O Papa já indicou o caminho a seguir. E nesse trilho está acompanhado por milhões de leigos. O restante clero não pode colocar mais pedras numa via que deve ser aberta a todos. Para que o catolicismo continue a fazer sentido para muitos.

Felisberta Lopes

Jornal de Notícias, 7 agosto 2015

Misericórdia e Família

“Aproxima-se o momento em que se vai pedir ao Papa para que se pronuncie sobre assuntos como o divórcio, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o modelo de família que a Igreja quer, a educação dos filhos e outros similares. Assuntos sobre os quais, na Igreja e na sociedade, abundam os cristãos (e não cristãos) que têm posições firmemente assumidas de forma inamovível e inclusive não isentas, talvez, de fanatismo. Por isso, disse (e repito) que ao Papa Francisco lhe aguarda uma *‘ottobrata romana’* que não será necessariamente muito agradável e fácil.”

A análise é de JOSÉ MARÍA CASTILLO, teólogo, e publicada no seu blog *Teología sin Censura*, 26-07-2015.

Do jeito que as coisas estão na Igreja, o mais provável é que o **Papa Francisco tenha um próximo mês de outubro complicado**. Pela simples razão de que, como todos sabem, em outubro completa-se e encerra-se o Sínodo sobre a Família. Um tema eivado de dificuldades, em torno do qual se vão debater problemas tão complicados como o divórcio, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o modelo de família que a Igreja quer, a educação dos filhos, etc., etc.

Além disso, e esta é a parte mais complicada, aproxima-se o momento em que se vai pedir ao Papa para que se pronuncie sobre assuntos como estes que acabo de indicar e outros similares. Assuntos sobre os quais, na Igreja e na sociedade, abundam os cristãos (e não cristãos) que têm posições firmemente assumidas de forma inamovível e inclusive não isentas, talvez, de fanatismo. Por isso, disse (e repito) que ao Papa Francisco lhe aguarda uma **“ottobrata romana”** que não será necessariamente muito agradável e fácil.

Sendo assim – e para acabar de complicar a situação –, Francisco publicou recentemente a Bula *Misericordiae Vultus*, na qual (no n. 3) afirma literalmente: **“Há momentos em que somos chamados, de maneira ainda mais intensa, a ter misericórdia”**. Por que será que, precisamente neste momento, necessitamos muito mais ter misericórdia?

Em não poucos ambientes eclesiais, concretamente na cúria romana, há quem suspeite de que o Papa afirma que agora necessitamos (vamos necessitar) de grandes doses de misericórdia, porque **é quando a suprema autoridade da Igreja nos vai nas coisas sobre a família que alguns (possivelmente) não estão dispostos a ouvir e, menos ainda, a aceitar**.

Não pode ter misericórdia quem não tem respeito, tolerância e compreensão para com quem pensa e vive de maneira que produz, noutras pessoas ou grupos humanos, **repugnância e vergonha, os dois sentimentos que tanto nos afastam uns dos outros**. E até criam conflitos uns com os outros. Dois sentimentos tão determinantes na vida,

que, como todos sabem, o pensamento liberal americano considera que, caso não se supere a repugnância e a vergonha, não é possível alcançar a igualdade entre os cidadãos (Martha C. Nussbaum).

Para concluir esta reflexão, quero dizer que não creio, de modo nenhum, que o papa Francisco tenha publicado a bula sobre a misericórdia, por temer os que podem ficar nervosos, por causa das decisões que a suprema autoridade da Igreja venha a tomar, sobre os problemas que a família hoje nos coloca. E, sobretudo, seja qual for a nossa posição face ao que decida o Sínodo presidido pelo papa, o mais urgente, em qualquer dos casos - creio eu - é **sabermos reagir como nos indica o Evangelho de Jesus**. Sempre com a mesma bondade. Sempre com a mesma misericórdia. Mesmo que nos possa acontecer o que sucedeu aos familiares de Jesus, que chegaram a pensar que ele teria endoidecido (literalmente, que “estava fora de si”: existêmi), tal como nos refere, expressamente, o evangelho de Marcos (3, 21).



Homenagem no centenário do Dr. Narciso Rodrigues

Dia 27 de Setembro, pelas 14H30
na Casa Diocesana de Vilar,
à Rua Arcediago Van Zeller, 50
(antigo Seminário de Vilar), Porto.

O “**Doutor**”, «continua a ser uma importante referência em todo o País e na Diocese do Porto, pela sua vida dedicada à classe operária e às pessoas simples, pela sua pobreza evangélica e pelo seu estilo bondoso que, ao modo de João XXIII, esconjurava os *profetas da desgraça que sempre anunciam catástrofes*, recusando-se a ceder ao pessimismo ou à amargura».

Que a sessão evocativa congregue muitos cristãos, que ficaram estruturalmente marcados pelo ministério do DR. NARCISO RODRIGUES.